

Informe um assunto sobre uma notícia...

Pesquisar

Presidente do STF abre 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário

No evento realizado em Florianópolis, ministro Fachin destaca que a integridade e a transparência são “os pilares da confiança da República na sua magistratura”

02/12/2025 09:39 - Atualizado há 2 meses atrás



Fotos: Rômulo Serpa e Luiz Silveira/CNJ

“Ao Judiciário cabe proteger direitos fundamentais, resguardar a democracia constitucional e assegurar uma Justiça eficiente”. Com essa afirmação, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, deu início ao 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Na abertura, destacou também o papel do Judiciário na manutenção da paz, na inclusão social e na defesa do Estado Democrático de Direito.

O evento começou nessa segunda (1º) e termina nesta terça-feira (2), em Florianópolis (SC), e reúne os presidentes dos tribunais, além de representantes da magistratura. No discurso, Fachin apontou que, durante o biênio de sua gestão (2025-2027), as ações devem seguir seis eixos fundamentais.

São eles: promoção da justiça, segurança jurídica e eficiência; fortalecimento da estrutura, inovação e transparência; proteção dos direitos humanos e promoção ao diálogo interamericano; compromisso com sustentabilidade ambiental e social; e afirmação dos direitos sociais, do trabalho decente, da dignidade e da vida em sua integralidade.

O ministro ressaltou que o Judiciário deve enfrentar desafios concretos no período – com destaque para a defesa do Estado de Direito democrático e para a manutenção das bases do Poder Judiciário como instituição republicana e independente. “Seguiremos coesos, abertos a diálogos republicanos e ciosos do respeito institucional e de nossos deveres, especialmente de transparência. Nosso horizonte é simples e firme: integridade e transparência. Estes são os pilares da confiança da República na sua magistratura”.

Compromisso com a inclusão

Para Fachin, nesse contexto, o Judiciário também tem a missão de levar a Constituição a todas as brasileiras e os brasileiros, especialmente àqueles que a história relegou à margem. A seu ver, o compromisso com a inclusão não é opcional, mas imperativo ético, constitucional e interamericano. “Somos guardiães do pluralismo e da dignidade da pessoa humana, e isso significa enfrentar todas as desigualdades”, ressaltou.

Ao citar que a revolução tecnológica é o maior desafio contemporâneo do Judiciário, o ministro, apontou que a inteligência artificial, automação e novas plataformas de interação social transformam o modo de viver, de trabalhar e de se informar. “Nosso trabalho não se mede pelo culto à vaidade, pelo espetáculo midiático ou pelo ruído das redes sociais, mas pela técnica, pela transparência, pela ética republicana — e pelo respeito à dignidade da função jurisdicional”. Fachin destacou ainda que a Justiça se fortalece longe dos holofotes e no dia a dia das comarcas, varas e subseções onde a vida real dos cidadãos acontece.

O presidente do STF e CNJ também lembrou que os próximos dois anos serão voltados à centralidade da infância, da juventude e da proteção das famílias, especialmente das mulheres, que têm sido alvo dos crescentes casos de feminicídios no país. “Não vamos cruzar os braços. Somos guardiões da esperança — e a esperança não é passividade”, afirmou.

Políticas públicas

Ao destacar o trabalho desenvolvido pelo CNJ, o ministro frisou o dever de formular as políticas públicas judiciárias. Segundo ele, o Conselho tem orgulho e compromisso com sua história e obrigações com o presente e com o futuro. “Temos a responsabilidade de entregar ao povo brasileiro um Judiciário mais acessível, mais moderno e verdadeiramente efetivo”, afirmou.

O anfitrião do 19º ENPJ, o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), Francisco Oliveira Neto, destacou que o evento tem a missão de traçar as diretrizes do Poder Judiciário e afirmou que cada edição é uma trajetória de amadurecimento. “Temos diferentes atribuições e competências, mas fazemos parte da mesma estrutura e, por isso podemos pensar juntos a renovação, os compromissos e avanços”.

Leia a [íntegra do discurso](#) do ministro Edson Fachin.

(Fonte: Agência CNJ de Notícias)

Pronunciamento do ministro Edson Fachin, presidente do STF e do CNJ, na Abertura Oficial do XIX Encontro Nacional do Poder Judiciário

Senhoras e Senhores,

Vimos a trabalho — e somente a trabalho — para formular, com rigor e responsabilidade, a política pública judiciária da República. Somos o Poder Judiciário, instituição de Estado, e aqui estamos para afirmar, de forma nítida e inequívoca: nossa atuação se orienta exclusivamente pelo interesse público, pelos princípios republicanos e pelo compromisso inegociável com o bem comum.

Iniciamos este biênio com a convicção de que a governança judicial, a efetiva prestação jurisdicional, a eficiência administrativa e a segurança institucional não são metas abstratas: são deveres assumidos perante a Nação. Cumpri-los exige austeridade, firmeza, serenidade — e, acima de tudo, integridade.

Do Conselho Nacional de Justiça espera-se o que a Constituição determina: a formulação e a execução de políticas públicas judiciárias. Nada mais, e absolutamente nada menos. Tem o Conselho orgulho e compromisso com sua história e obrigações com o presente e com o futuro.

Hoje renovamos nossos propósitos e valores: a defesa intransigente da independência judicial; o compromisso com a transparência, a ética, a probidade e os direitos fundamentais; e a responsabilidade de entregar ao povo brasileiro um Judiciário mais acessível, mais moderno e verdadeiramente efetivo.

O futuro que projetamos apreende o legado daqueles que nos antecederam. Tradição e movimento se unem para reafirmar a identidade republicana e a vocação pública da magistratura brasileira, com memória, verdade e respeito.

Nossa Magistratura é composta por mulheres e homens que honram a toga diariamente. Quem dela se desvia afasta-se não apenas de nós, mas da própria República. A toga não

é ornamento de poder; é símbolo de dever e de responsabilidade. Não devemos perguntar o que o Judiciário pode fazer por nós, e sim o que cada um de nós pode fazer pela Justiça e pelo Brasil.

A força institucional do Poder Judiciário decorre da confiança que a sociedade deposita em nós. Ela nasce da capacidade de compreender a realidade de cada caso e oferecer respostas adequadas, fundamentadas e compreensíveis. Credibilidade não é adereço: é a base da experiência republicana brasileira.

Confiança e legitimidade nos interpelam. Que à originária legitimidade de título que caracteriza o ingresso na magistratura se agregue sempre a concreta, constante e imprescindível legitimidade de exercício, vincada pelo exemplo e pelo comportamento revestido da ‘gravitas’ que tece a toga.

Nosso trabalho não se mede pelo culto à vaidade, pelo espetáculo midiático ou pelo ruído das redes sociais. Mede-se pela técnica, pela transparência, pela ética republicana — e pelo respeito à dignidade da função jurisdicional. A Justiça se robustece longe dos holofotes e no dia a dia das comarcas, varas e subseções onde pulsa a vida real dos cidadãos.

Sei que me dirijo a mulheres e homens banhados pelo sereno da vida, aquelas e aqueles que realmente atuam dando face, rosto e presença junto às comarcas da Justiça Estadual, subseções da Justiça Federal, varas das Justiças do Trabalho, zonas eleitorais da Justiça Eleitoral e auditorias da Justiça Militar, bem como nas bancadas e no ofício próprios de todos os tribunais em todas as instâncias.

Em todos os níveis, todos devem dar exemplo de presença, pertencimento, sobriedade e compromisso. A legitimidade é a base, o pilar que nos sustenta, e a república é como devem ser nossas ações, de modo a mantermos nossa legitimidade, porquanto os magistrados servem ao público, à sociedade. O agir republicano tem por pressuposto

duas dimensões que lhe servem de sustentáculo: a publicidade e a transparência, conceitos que são correlatos.

Ao Judiciário cabe proteger direitos fundamentais, resguardar a democracia constitucional e assegurar uma Justiça eficiente — sempre com contenção. Não invadimos o espaço do legislador nem substituímos a deliberação política. Ao Direito o que é do Direito; à Política, o que é da Política. Este é o alicerce da magistratura republicana, cuja missão básica é a prestação jurisdicional, ciente de suas responsabilidades, limites e possibilidades.

Temas centrais nos convocam nesse biênio que se inicia. Cite-se, para ilustrar, uma chaga que convida à reflexão e à ação. A gramática da proteção deve conjugar na mesma frase o verbo dos Direitos Humanos com o substantivo da Segurança Pública. Representam distintos aspectos de uma única realidade.

O País precisa de paz — e o Judiciário tem o dever de semear paz. Mas paz não significa silêncio; não é subserviência, muito menos subalternidade; é ser ativo sem ser ativista, é ter ousio sem ser açodado; paz significa convivência responsável com o dissenso, elemento vital da democracia. Divergências fundamentadas enriquecem o trabalho jurisdicional e fortalecem a legitimidade das decisões. O diálogo qualificado é instrumento de maturidade republicana.

O respeito ao dissenso exige também respeito às decisões regularmente proferidas, aos votos divergentes e ao papel de cada instância. A autoridade de uma decisão reside na força da razão pública que a sustenta, com objetividade e racionalidade.

Temos a missão de levar a Constituição a todas as brasileiras e brasileiros, especialmente àqueles que a história relegou à margem. Por isso, o compromisso do Judiciário com a inclusão não é opcional — é imperativo ético, constitucional e interamericano. Somos guardiães do pluralismo e da dignidade da pessoa humana, e isso significa enfrentar todas as desigualdades.

O preconceito, a discriminação e a violência estrutural não se dissipam espontaneamente; exigem ação institucional contínua, políticas afirmativas e decisões judiciais que reconheçam desigualdades históricas e busquem corrigi-las.

A revolução tecnológica em curso é talvez o maior desafio contemporâneo do Poder Judiciário. Inteligência artificial, automação e novas plataformas de interação social transformam o modo como vivemos, trabalhamos e nos informamos.

Essas ferramentas ampliam nossa responsabilidade. Impõem vigilância contra a desinformação, prudência no uso de algoritmos, rigor ético na governança digital e cuidado redobrado para preservar a centralidade da pessoa humana. Nenhuma tecnologia, por mais sofisticada, alcança a profundidade do olhar humano. Tecnologia é meio; a pessoa humana é fim e é sempre o começo de tudo.

Vivemos, ainda, sob o alerta de riscos que rondam sistemas de Justiça em várias partes do mundo: captura institucional, intimidação de magistrados, corrosão da independência judicial, infiltração do crime organizado, violência política, descrédito público. Muitos chamam esse fenômeno de “mexicanização” — não em referência a um povo ou país, mas como expressão histórica de um processo de enfraquecimento estrutural do sistema de Justiça, que abre espaço para o avanço da criminalidade, da corrupção e do autoritarismo.

Não permitiremos que tal corrosão se aproxime do Brasil.

Não toleraremos ilegítimas pressões, intimidações, tentativas de captura nem ataques às bases republicanas do Poder Judiciário, venham de onde vierem. Dizemos ‘sim’ a uma reforma integral de transformação republicana do Estado, englobando todos os Poderes, mas dizemos enfaticamente ‘não’ a reformas persecutórias dirigidas e que vulneram a independência do Poder Judiciário.

Estaremos firmes, vigilantes e unidos para impedir que a degradação institucional que assombra outros países encontre terreno fértil aqui.

Mas este não é um discurso de temores e titubeios.

É um discurso de confiança.

Confiamos na força das instituições brasileiras.

Confiamos na capacidade de renovação do nosso sistema de Justiça.

Confiamos na energia cívica que emerge quando a República mais precisa.

Registro meu profundo reconhecimento: magistratura e servidores formam uma só comunidade de missão, igualmente relevante, igualmente honrada, igualmente comprometida com a Justiça que o Brasil merece.

Teremos dois anos pela frente. Temos desafios.

Nessa caminhada, trabalhamos para implementar seis eixos fundamentais: (i) promoção da justiça, segurança jurídica e eficiência; (ii) fortalecimento da estrutura, inovação e transparência; (iii) proteção dos direitos humanos e diálogo interamericano; (iv) compromisso com sustentabilidade ambiental e social; (v) afirmação dos direitos sociais, do trabalho decente, da dignidade e da vida em sua integralidade; e (vi) centralidade da infância, da juventude e da proteção das famílias, especialmente das mulheres diante da tragédia que a realidade brasileira dos feminicídios mostra cruelmente.

Não vamos cruzar os braços. Somos guardiões da esperança — e a esperança não é passividade.

É a força de propósitos que nos faz continuar.

É a chama que não permitiremos que se apague.

Que cada magistrada, cada magistrado, cada servidora e cada servidor saiba que este é o tempo de florescer, proteger princípios e construir pontes. O Brasil precisa de nós — e por certo, nós estamos à altura da responsabilidade que o país constitucional nos confiou.

Nos próximos dois anos, enfrentaremos muitos desafios concretos. Antes e acima de tudo, defender o Estado de Direito democrático, e ao mesmo tempo temos a missão de manter e aprimorar as bases do Poder Judiciário como instituição republicana e independente. Batem às portas péssimos exemplos de agressões e diluições de sistemas de justiça mundo afora. Não descansaremos nesse combate diário. No Brasil seguiremos coesos, abertos a diálogos republicanos e ciosos do respeito institucional e de nossos deveres, especialmente de transparência.

Nosso horizonte é simples e firme: Integridade e Transparência. Estes são os pilares da confiança da República na sua magistratura.

Não se pode deixar a legitimidade do Poder Judiciário perecer em razão da falta de transparência, o que faz cair por terra o ideal republicano e a confiança que a sociedade nele deve depositar, para que continue obedecendo suas determinações jurisdicionais.

Sem legitimidade no exercício republicano por parte do Poder Judiciário, o Estado Democrático de Direito corre riscos. Precisamos estar atentos a isso, e nos prevenir, adotando comportamentos e procedimentos mais republicanos. Jamais nos esqueçamos: temos direitos legítimos, prerrogativas justas, como também deveres. O Poder Judiciário deve sempre prestar contas à sociedade, que o financia.

A magistratura brasileira é a guardiã silenciosa da República: é feita de vocação, de preparo, de retidão e de coragem. É por suas mãos que a Constituição se faz vida

cotidiana; é por sua atuação que os direitos deixam de ser promessas abstratas e se tornam garantias concretas para milhões de brasileiras e brasileiros.

Encerro reafirmando a disposição inabalável de trabalhar pela defesa da institucionalidade, do Estado de Direito e da democracia, sempre dentro dos limites das nossas funções. Onde estiver uma magistrada ou onde estiver um magistrado considerem-me ao seu lado. Vamos de mãos dadas.

Nosso campo é o Direito; nossa força é a técnica; nosso norte são os princípios republicanos.

Honremos a toga.

Honremos a República.

E mantenhamos acesa a chama da esperança.

Muito obrigado

